

D. JOÃO VI E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE SERGIPE VERTENTES HISTORIOGRÁFICAS*

Ibarê Dantas**

INTRODUÇÃO

A transferência da Família Real para o Brasil resultou em transformações variadas. Algumas imediatas, outras sequenciais, não faltando também as tardias, como ocorreram em algumas capitanias.

A interpretação dessas mudanças está correlacionada com o referencial teórico de cada autor, quer trate do plano nacional quer da esfera local.

Este trabalho, ao tratar da vinda para o Brasil de D. João VI e a Emancipação Política de Sergipe, divide-se em duas partes.

Primeiro, tenta elaborar um pequeno resumo das principais posições teóricas de alguns autores em face da transição do estatuto colonial para o Império.

* Trabalho apresentado no *IV Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros* promovido pelo IHGB no Rio de Janeiro no período de 21 a 23.10.2008.

** José Ibarê Costa Dantas é historiador. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no período de 19.12.2003 a 19.01.2010.

Em segundo lugar, ao tratar especificamente do caso de Sergipe, tenta mostrar como a historiografia local tem analisado o processo de emancipação política de Sergipe em relação à Bahia.

Essa indagação é enfrentada com a apreciação de cinco obras que muito contribuíram para uma melhor compreensão de um período particularmente difícil para os sergipanos.

1. ALGUMAS VERTENTES DA HISTORIOGRAFIA NACIONAL SOBRE A TRANSIÇÃO DO ESTATUTO COLONIAL PARA O IMPÉRIO.

Os historiadores nacionais de muito chamaram atenção para as consequências da transferência da Família Real para o Brasil. Não obstante a variada bibliografia do século XIX,¹ um dos maiores clássicos do tema foi publicado inicialmente em 1909 por Oliveira Lima (1867/1928). Firmado em ampla pesquisa, desenvolveu uma síntese de orientação positivista, na qual defendeu a importância da obra de D. João VI, chamando atenção para a complexidade e alcance das mudanças. Algumas décadas depois, surgiu em São Paulo um enfoque teórico de orientação marxista, que tratou com profundidade o significado da quebra do estatuto colonial.

Caio Prado Júnior² tentou descobrir o sentido da colonização por meio da associação da grande propriedade fundiária monocultora movida pelo trabalho escravo e voltada para exportação. A partir desse parâmetro, Emília Viotti da Costa³ analisou o processo de emancipação política. Fernando Antonio Novais⁴, por sua vez, aprofundou o esquema

¹ Ver Lúcia Maria Paschoal Guimarães. A Historiografia e a Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 168 (436), jul/set. 2007, p.15/27.

² Caio Prado Júnior. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1945 e 1963.

³ Ver Emília Viotti da Costa. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil in *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1968, p. 75/139.

⁴ Fernando Antonio Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1979.

de Caio Prado, observando como o colonialismo tradicional do Estado Absolutista português, firmado no exclusivo metropolitano do comércio voltado para atender os interesses da burguesia mercantil, funcionava numa situação de descompasso com o capitalismo industrial nascente, sob a hegemonia da Inglaterra. Enquanto os ingleses pregavam o fim dos monopólios, o livre cambismo, a concorrência e o trabalho livre, o capitalismo da Inglaterra gerava uma contradição crescente com o sistema colonial das monarquias ibéricas. As tentativas de Pombal de modernizar o Estado português não conseguiram evitar que a situação de crise se acentuasse, inclusive pela ampliação do regime concorrencial que colocava em xeque os privilégios e monopólios estabelecidos.

A coexistência entre os dois sistemas tornou-se mais problemática com o bloqueio continental decretado por Napoleão em 1806. Em dificuldade para escoar seus produtos industrializados, a Inglaterra viu no Brasil uma possibilidade nada desprezível. Não foi por acaso que estimulou o príncipe regente D. João VI a transferir-se para sua colônia americana.

Essa vertente explicativa marxista, que inspirou outros autores como Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso, ganhou variantes como a de Jacob Gorender que, ao tentar demonstrar a existência de um Modo de Produção Colonial, atentou para uma certa autonomia interna.⁵

Essa idéia foi retomada e aprofundada com outros parâmetros por João Fragoso e Manolo Florentino ao apontarem para a diferenciação excludente que foi gestada na economia colonial associada com o capitalismo mercantil.⁶ Ou seja, o que esses autores tentaram demonstrar em suas teses de doutorados⁷ foi a existência de uma dinâmica interna que a corrente marxista teria subestimado. A estrutura pro-

⁵ Ver Jacob Gorender. *O Eslavismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978.

⁶ João Fragoso e Manolo Florentino. *O Arcaísmo Como Projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993, p. 103.

⁷ Manolo Florentino. *Em Costas Negras: Um Estudo Sobre o Tráfico Atlântico de Escravos para o Porto do Rio de Janeiro, c.1790-c.1830*. Niterói, UFF, 1991 e João Fragoso. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

dutiva incorporaria constantemente “fatores elásticos e de baixo custo: terras, alimentos e mão-de-obra,” resultando em resistência “às diversas conjunturas do mercado internacional – ou seja, de apresentar uma autonomia relativa.”⁸

De qualquer forma, o decreto sobre a abertura dos portos, assinado quando D. João VI passava pela Bahia (01/1808), era um desdobramento que significava o fim do exclusivo metropolitano do comércio e a ruptura com o sistema colonial. O Brasil, de Colônia, transformava-se em sede de Reinado.

Com seu aparato administrativo, o governo imperial voltava-se para o âmbito interno e realizava várias obras, sobretudo no Rio de Janeiro, como as reformas do porto, a melhoria das estradas e hospitais, a criação do Banco do Brasil e da imprensa, a incorporação do acervo da biblioteca real, as missões científicas, a revogação dos impedimentos de fábricas e manufaturas, tudo indicando um novo momento da cidade. Entretanto, a interiorização dos benefícios seria mais lenta e desigual.

Distanciadas geograficamente, com escassas intercomunicações entre si e sem vínculos efetivos, as províncias constituíam-se num conjunto heterogêneo, no qual as transformações chegavam geralmente devagar e tardiamente.

A situação se tornava mais sensível diante dos privilégios que o próprio D. João VI concedeu aos portugueses insatisfeitos com a decorrência da queda do exclusivo metropolitano colonial, conforme bem demonstrou Viotti da Costa. Neste sentido, Boris Fausto mostrou a predominância da nobreza lusa nos melhores cargos, inclusive nas guarnições locais, fato que alimentava o sentimento de oposição aos antigos colonizadores.⁹

Foi dentro desse quadro que, em algumas províncias do Nordeste, as idéias liberais e nacionalistas, inspiradas nos ideais iluministas, foram

⁸ João Fragoso e Manoel Florentino. *O Arcaísmo Como Projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993, p. 103.

⁹ Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1995.

estimuladas pelas sociedades secretas e encontraram aceitação crescente, resultando na Revolução de 1817. Resta saber o que ocorreu com Sergipe.

2. SERGIPE NOS TEMPOS DE D. JOÃO VI

Antes de analisarmos as versões de alguns historiadores sobre a emancipação política de Sergipe, consideramos útil fornecer alguns dados sobre a realidade sergipana quando D. João VI chegava ao Brasil.

Segundo Marcos Antonio de Souza,¹⁰ um memorialista da época, Sergipe dispunha, em 1808, de uma população composta de 20.300 brancos, 19.954 pretos, 1.440 índios e 30.542 de raças combinadas, somando ao todo 72.236 habitantes.¹¹ Por esse tempo, a comarca de Sergipe tinha 07 vilas: “1ª. Santa Luzia de Piagui; 2ª. Nossa Senhora do Socorro de Tomar; 3ª. Nossa Senhora da Piedade do Lagarto; 4ª. S. Antonio e Almas de Itabaiana; 5ª. S. Amaro das Grotas; 6ª. Vila Nova Real do Rio S. Francisco; 7ª. Vila de Propriá”.¹²

Destas, duas povoações destacavam-se pela sua prosperidade, Laranjeiras e Estância, enquanto as demais desenvolviam-se mais devagar.¹³ Pela própria denominação das vilas já dava para se perceber a presença marcante da Igreja Católica que dividia a província em onze freguesias. Havia também quatro missões indígenas: Água Azeda, Pacatuba, Japarutuba e S. Pedro.¹⁴

¹⁰ Ver Marcos Antônio de Souza. *Memória Sobre a Capitania de Serzippe*. Aracaju, IBGE, 1944. 2ª. Edição, reeditada com o nome *Memória Sobre a Capitania de Sergipe*. Aracaju, SEC, 2005, com introdução de Luiz Antonio Barreto.

¹¹ Marcos Antônio de Souza. *Memória Sobre a Capitania de Serzippe*. Aracaju, IBGE, 1944, p. 44.

¹² Marcos Antônio de Souza. *Ob. cit.*, 1944, p. 14.

¹³ Marcos Antônio de Souza. *Memória Sobre a Capitania de Serzippe*. Aracaju, IBGE, 1944, p. 14 e Maria Thetis Nunes. *Sergipe Provincial I (1820/1840)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 25.

¹⁴ Ver Marcos Antônio de Souza. *Ob. cit.*, 1944, p. 43/44. José Antônio Fernandes. Informações sobre a capitania de Sergipe em 1821, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Ano I, nº. 1, vol. 1, 1913; Pe. Manuel Aires de Casal. *Corografia Brasileira ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1976, p. 249/252.

Em suas terras férteis, cultivavam-se cereais, algodão e criava-se gado. Ademais, vicejavam os canaviais cada vez mais extensos que abasteciam os engenhos que passaram de 25 (1724) para 226 (1825).

Embora Sergipe fosse uma capitania de segunda classe que gozava de autonomia jurídica desde 1696, do ponto de vista político-administrativo era dependente da Bahia, fato que gerava aspirações autonomistas.¹⁵

Em face da presença de D. João VI, esse quadro tendeu a mudar. Para apreciar a transformação que resultou na emancipação política de Sergipe, destacamos a produção de cinco historiadores: Felisbelo Freire, Clodomir Silva, Sebrão Sobrinho, Maria Thetis Nunes e Fernando Afonso Ferreira Júnior.

É certo que outros historiógrafos, tais como Antonio José da Silva Travassos, Lima Júnior, Acrísio Torres, Pires Wynne, José Calazans e Silvério Fontes, também trataram do assunto, alguns dos quais, como o último, apresentaram observações breves mas pertinentes. Entretanto, selecionamos os autores que dedicaram maior atenção ao tema.

3. VERTENTES DA HISTORIOGRAFIA SERGIPANA SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE SERGIPE

3.1. FELISBELO FIRMO DE OLIVEIRA FREIRE

Felisbelo Freire (1858/1916) foi o primeiro a publicar uma História de Sergipe de forma sistemática. Sergipano do município de Itaporanga, formado na Faculdade de Medicina da Bahia, assimilou as teorias dos autores evolucionistas do seu tempo, com as quais procurou fundamentar suas análises. Em meio às suas atividades de médico

¹⁵ Ver Maria Thetis Nunes. *História de Sergipe a partir de 1820*, Rio de Janeiro, Cátedra/INL, 1978. Maria Thetis Nunes. *Sergipe no Processo Republicano Brasileiro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n° 28, vol. 1979/1982.

e de músico, revelou-se uma figura participativa no jornalismo como abolicionista e republicano. No início do período republicano, foi o primeiro governador indicado, elegeu-se parlamentar em várias legislaturas e ocupou os Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda. Não obstante suas múltiplas ocupações, continuou pesquisando. Sua *História de Sergipe*, publicada em 1891, é bem lastreada em fontes primárias, revelando documentação fundamental que serviria de referência obrigatória para todos os historiadores que lhe sucederam. Ao concluir sua síntese até 1855, prometeu um segundo volume. Depois, publicou outras obras,¹⁶ mas essa promessa não chegou a cumprir.

¹⁶ Felisbello Firmo Freire de Oliveira. *História de Sergipe* (1575-1855). Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891. 422p.— *História da Cidade do Rio de Janeiro* * (v. I. 1564- 1700). Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1912/ 1914?. 398p.— *Os portugueses no Brasil* (XVI-XIX). Rio de Janeiro: Typ. d' o Economista Brasileiro, 1907. 475p.— *Orientação da política de Sergipe*. Aracaju: Typ. d' Estado de Sergipe, 1906. 66p.— *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/ Secretaria de Estado da Cultura/ Fundepah, 1995. 117p.— *Historia Territorial do Brasil* *(Bahia, Sergipe Espírito Santo). Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio", 1906. 532p. (IHGS).— *Colonização de Sergipe de 1590 a 1600*; governo Tomé da Rocha a Diogo Quadros. S.n.t. s.p.— *Commentários à Constituição do Estado de São Paulo*. São Paulo: Diário Oficial, 1901. 165p.— *A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil interpretada pelo supremo Tribunal*. Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1913. 446p.— *Direitos do Estado do Amazonas sobre o território do Acre*. Rio de Janeiro: Economista Brasileiro, 1906. 123p.— *Elementos de história natural*: zoologia, botânica e mineralogia 2º grau. Rio de Janeiro: Cunha Irmãos, 1896. 84p.— *Evolução da Matéria*; leis e causas de suas formas. Laranjeiras: O Laranjeirense, 1887. 37p.— *O ex - ministro da Fazenda*: questão das loterias. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1895. 106p.— *História do Banco do Brasil*. Rio de Janeiro: O Economista Brasileiro, 1907. 284p.— *História da Revolta de 6 de setembro de 1896*. Rio de Janeiro: Cunha e Irmãos, 1896. Vol.1.— *Manifesto Político Sergipano*. Rio de Janeiro: D' O Economista Brasileiro, 1907. 34p.— *Noções de Direito Pátrio e Economia Política*. Capital Federal: Cunha e Irmãos, 1896. 114p. (BED).— *Os caracteres clinicos da cinchosa hypertrophica são suficientes para classificá-la como uma molestia distincta da cinchosa atrophica?* These apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia a fim de obter o grau de doutor. Bahia: Imprensa Economica, 1881. 71p.— *Historia Constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Moreira Maximino, 1894-1895, 434p.— *Historia do Brasil* (adoptada pelo Conselho de Instrução da Capital Federal para uso nas escolas publicas de 2º grau). Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves e C. Cunha, 1896. 110p.— *As Constituições dos Estados e a Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. 637p.— *Archivos Parlamentares do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. d' "O Economista Brasileiro", 1907. (1º vol: 308p.; 2º vol.: 155p.; 3º vol. 167p).— *Lei Constitucional Americana por J. I. Clark*. (tradução). Rio de Janeiro: Typ. d' "O Economista Brasileiro", 1908. 354p.— *Os bastidores da politica no Brasil*. Rio de Janeiro: "Ilustração Brasileira," 1911. 160p.

Sobre o processo de emancipação política de Sergipe, Felisbello Freire parte da Revolução de 1817, mostrando como as pálidas manifestações de solidariedade aos revoltosos que aconteceram no sul de Alagoas, em Penedo, foram mal recebidas em Vila Nova, Sergipe.

Republicano histórico, Felisbello Freire trabalha de forma sintomática a participação dos sergipanos ao lado das forças da legalidade, na medida em que trata apenas em nota de pé de página: “De Sergipe marcharam as seguintes forças: cavalaria miliciana de Sergipe, 100 homens; milícias de Sto. Amaro, 500 homens; cavalaria de Sto. Amaro, 100 homens. Estas forças combateram no Engenho Guerra contra tropas dos patriotas republicanos, fazendo parte das forças realistas. Os *Mártires Pernambucanos*, p. 59.”¹⁷

O fato de D. João VI conceder a autonomia de Sergipe d’El Rei, por meio de Decreto Régio de 08 de julho de 1820, tornando-a independente da Bahia, foi visto por Felisbello Freire como uma retribuição do monarca à ajuda dos sergipanos às forças governistas, como ocorreu com Alagoas e Rio Grande do Norte,¹⁸ interpretação que seria questionada por outros autores, inclusive Thetis Nunes e Fernando Afonso Ferreira Júnior.

Seguindo a sequência dos fatos, Felisbello Freire registrou que, em 25.07.1820, D. João VI nomeou Carlos Cezar Burlamaque para governar Sergipe. Mas, em agosto de 1820, rebentou a Revolução Constitucionalista Liberal no Porto/Portugal e a situação se complicou. Em 10.02.1821 eclodiu o movimento constitucionalista na Bahia, solidário aos rebeldes portugueses e em desacordo com D. João VI.

Quando Burlamaque chegou a Sergipe em 19.02.1821, a situação já lhe era desfavorável na Bahia. Houve reações internas em alguns municípios e o governador administrou com dificuldades. Menos de um mês de empossado, Burlamaque foi deposto em 18.03.1821, por tropas vin-

¹⁷ Felisbello Freire. *História de Sergipe*. Petrópolis, Vozes/ Governo de Sergipe, 1977, p. 231-2.

¹⁸ Felisbello Freire. *Ob. cit.*, 1977, p. 233.

das da Bahia com o apoio da Legião de Santa Luzia em Sergipe, comandada por Guilherme José Nabuco de Araújo. Recambiado preso para a Bahia, depois foi enviado para o Rio. Sobre essa experiência adversa, Burlamaque deixou uma memória expressiva que foi utilizada por Felisbello Freire e por todos os historiadores que trataram do período.

Diante do afastamento de Burlamaque, em 22.03.1821, assumiu o brigadeiro Pedro Vieira de Melo como governador subordinado à Bahia.

As Cortes declararam os governos provinciais independentes do Rio e sujeitos imediatamente a Portugal. Em 26.04.21, D. João VI regressou a Lisboa e entregou a D. Pedro de Alcântara a administração de todo o reino do Brasil, tornando-se assim Príncipe Real do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarve, constituinte – o regente e seu lugar-tenente (Dec-22.04.21)

A situação da Bahia se agravou, o general Madeira de Melo assumiu o comando das tropas e formou-se em Cachoeira (BA) um governo opositor. Em julho de 1822, D. Pedro I enviou uma esquadra, comandada por Pedro Labatut, para debelar o movimento da Bahia. O referido brigadeiro, depois general, desembarcou em Recife, desceu até Penedo, enviou emissário à Vila Nova (SE) para conferenciar com Bento de Melo Pereira, adepto do partido recolonizador, que resistia em terras de Sergipe. Mas, segundo Felisbello Freire, com a notícia da presença de Labatut, o povo fez aclamação, pressionando a Câmara Municipal de Vila Nova e a Câmara de São Cristóvão, que aderiram ao movimento em prol da emancipação política.

Labatut atravessou o Rio São Francisco e dirigiu-se a Laranjeiras. Aí, lançou proclamação aos seus habitantes e Pedro Vieira de Melo, que então governava Sergipe, passou o governo para um conselho militar. Em seguida, formou-se uma Junta Governativa, sucedida pela posse do tenente-coronel José Elói Pessoa em 25.11.1822 nomeado por Labatut, que em Cachoeira organizava investida contra o general Madeira. Insatisfeito, José de Barros Pimentel, que já havia se aproximado deste general, persuadiu-o a demitir Elói Pessoa e nomear a si próprio.

Como governante, Pimentel, muito ligado ao grupo recolonizador, tentou retardar a emancipação. Mas a notícia do decreto de D. Pedro, de 05.12.1822, confirmando a autonomia de Sergipe, inflamou o povo que se reuniu em 03.03.1823, fez nova aclamação festiva em São Cristóvão em homenagem a D. Pedro I e pressionou a Câmara a formar uma Junta Governativa. Em 21.01.1823, a Junta de Cachoeira comunicou a Labatut a autonomia de Sergipe. Mas Pimentel resistia, apelando inclusive para oficiais do corpo de 2ª. linha. O impasse se estabeleceu até quando o capitão-mor Guilherme José Nabuco de Araújo foi chamado e, em 15.03.1823, substituiu Pimentel no Comando das Armas. Formou-se nova Junta e, de conformidade com instruções do governo imperial, foi marcado o pleito para eleger os membros efetivos da nova administração. Mas as discordâncias se acen-tuaram, o tumulto ampliou-se e a confusão se estabeleceu até a chega-da do primeiro presidente nomeado, o brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira, que, entre dificuldades, tentaria fazer de Sergipe, de fato, uma Província emancipada da Bahia. Em linhas gerais, esta é uma síntese da narrativa de Felisbello Freire.

3.2. CLODOMIR SILVA (1892/1932)

Clodomir de Souza Silva foi um homem de múltiplas atividades. Nascido em Aracaju, diplomou-se em Direito na Faculdade de Recife, dedicou-se ao magistério ensinando português, militou na imprensa, elegeu-se deputado estadual em duas oportunidades (para as legislaturas de 1920/22 e 1923/25) e faleceu aos quarenta anos. Deixou duas obras significativas: *Minha Gente*, um ensaio sobre manifestações populares no campo do folclore e o *Álbum de Sergipe (1820-1920)*,¹⁹ livro encomendado pelo governo do Estado com o objetivo de celebrar o centenário de emancipação política de Sergipe.

¹⁹ SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. São Paulo, O Estado de São Paulo. 1920.

O trabalho foi incluído como digno de comentário específico pela tentativa de mostrar como o 08 de julho de 1820 foi uma data marcante para História de Sergipe. Para tanto, transcreveu uma série de documentos do período 1821/1823 a partir da memória de Burlamaque e, nos comentários sobre o processo de emancipação, divulgou as versões já publicadas com linguagem jornalística.

Dentro dessa orientação, D. João VI teria editado a carta régia influenciado por um “certo sentimento de simpatia pela índole guerreira dos habitantes da Capitania.”²⁰

Em contrapartida, a Junta Provisória que governava a Bahia “não podia ver com bons olhos a independência absoluta de Sergipe, pois que, naquele momento em que estava a braços com uma situação anormal, seria dali que haveria de vir o necessário para o custeio de qualquer movimento como aconteceu aos tempos em que a luta agitava a cidade sede.”²¹ Em face disso, afirmou que a Bahia teria apresentado como pretexto para não aceitar a emancipação o fato de Burlamaque não haver jurado a Constituição.

Seguindo a tradição de Felisbelo Freire, Clodomir Silva apresentou como defensores da causa da Bahia o brigadeiro Pedro Vieira de Melo, o coronel José Guilherme Nabuco e o ouvidor José Ribeiro Navarro. Nesse sentido, a independência de Sergipe tardou em face da falta de patriotismo dos traidores. Embora o texto não apresente grande inovação interpretativa, como disse uma historiadora, “é uma obra comemorativa que procura traçar as bases da identidade sergipana, constituída na luta pela autonomia, na formação dos municípios e na organização de suas instituições.”²²

²⁰ Clodomir Silva. *Ob. Cit.*, p. 46.

²¹ Clodomir Silva. *Ob. Cit.*, p. 47.

²² Terezinha Alves de Oliva. Apresentação “Minha Gente”, ou os sergipanos na ótica de Clodomir de Souza Silva in Clodomir Silva. *Minha Gente: costumes de Sergipe*. Aracaju, J. Andrade, 2003.

3.3. SEBRÃO SOBRINHO (1898/1973)

Nos anos setenta, certas passagens do texto de Felisbello Freire foram criticadas por Sebrão Sobrinho. Nascido em Itabaiana, teve formação autodidata. Como inspetor de ensino, percorreu o interior de Sergipe freqüentando cartórios, retendo farta documentação e escrevendo. Personalidade excêntrica, nada modesta, por vezes até debochada e arrogante, escreveu cinco livros,²³ tratando sobretudo do século XIX de maneira um tanto desordenada. Vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, pesquisou também em arquivos baianos e desenvolveu sua obra, trabalhando a relação com a Bahia. Como observou o historiador Itamar Freitas, Sebrão Sobrinho tentou sustentar a seguinte tese: “o que é da Bahia é de Sergipe, e o que é de Sergipe se integra à Bahia. A Bahia tem a chave para a compreensão de muitos acontecimentos da história local, a começar pela origem do nome Sergipe”.²⁴ O texto de Sebrão que mais trata do processo da emancipação política de Sergipe é *Fragmentos da História de Sergipe*, editado em 1972, no qual recorre a etimologia da toponímia local e procura analisar o pomo da discórdia com a Bahia, a quem denomina de mulata velha. Discorre sobre a presença de Burlamaque em Sergipe e suas dificuldades para defender a estranha tese de que: “Contra a emancipação política de Sergipe-del-Rei não havia sinceramente ninguém na Capitania: nem sergipanos, nem portugueses e nem os próprios baianos residentes nela e com seus negócios integrados na mesma Capitania.”²⁵

²³ Sebrão Sobrinho. *Tobias Barreto, o Desconhecido. Gênio e Desgraça*. Aracaju, Imprensa Oficial, 1941; *Monsenhor Silveira o Fundador da Imprensa de Sergipe*. Aracaju, Regina, 1947; *Laudas da História do Aracaju*. Prefeitura Municipal de Aracaju. Aracaju/Sergipe, 1955; *Filarmônica Nossa Senhora da Conceição*. Itabaiana, Prefeitura de Itabaiana, 1956; *Fragmentos da História de Sergipe*. Aracaju, Regina, 1972; *Fragmentos de Histórias Municipais e Outras Histórias*. Aracaju, Instituto Luciano Barreto Júnior, 2003.

²⁴ Itamar Freitas. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão, UFS, 2007, p. 210.

²⁵ Sebrão Sobrinho. *Fragmentos da História de Sergipe*. Aracaju, Regina, 1972, p. 79.

Sebrão Sobrinho considerou alguns atos de Labatut como gestos de subserviência à Bahia.²⁶ Mas sua principal implicância, expressa num tom personalista, é com Felisbello Freire por este haver registrado que Guilherme José Nabuco de Araújo teria, em determinado momento, ficado ao lado dos baianos contra a emancipação política de Sergipe.²⁷

Em sua *Memória Histórica*, Burlamaque transcreveu uma carta do capitão-mor de Estância em que este dizia: “sejam quais forem as vantagens que se digam da Independência, elas não pagam nem metade das liberdades que se perdem.”²⁸ Felisbello Freire considerou que o capitão-mor era Guilherme José Nabuco de Araújo. Ocorre que Sebrão diz que Nabuco não era capitão-mor, mas sargento-mor. A frase, portanto, era de outro personagem, o capitão-mor de Santa Luzia com Quartel na Povoação de Estância, Vicente José da Silva Portela.²⁹ Apesar dessa revelação, os historiadores subseqüentes que trataram do assunto, entre os quais Maria Thetis Nunes e Fernando Afonso Ferreira Júnior, não deram ouvido a Sebrão Sobrinho e continuaram reproduzindo a interpretação de Felisbello Freire.

Não obstante a riqueza documental do seu trabalho e a tentativa de investigar a origem dos nomes e das pessoas, a carência de sistematização e o tom emocional de seus juízos empalideceram um pouco a obra de Sebrão Sobrinho.

3.4. MARIA THETIS NUNES

Uma contribuição mais equilibrada e importante para compreensão do processo de emancipação de Sergipe, pode ser encontrada na obra da historiadora Maria Thetis Nunes.

²⁶ Sebrão Sobrinho. *Ob. cit.*, p. 163/4.

²⁷ Sebrão Sobrinho. *Ob. cit.*, p. 152/9.

²⁸ Carlos César Burlamaque. *Memória Histórica e documentada dos sucessos Acontecidos em Sergipe Del Rey*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1821, p. 37.

²⁹ Sebrão Sobrinho. *Ob. cit.*, p. 76.

Nascida em 1923 em Itabaiana (SE), estudiosa de formação marxista, é adepta da concepção de totalidade de Georg Lukács, da obra de Plekanov e no Brasil de Nelson Werneck Sodré. Após o curso de História na Bahia nos anos quarenta, lecionou em Sergipe, frequentou os cursos do ISEB (RJ) nos anos sessenta e, após um período na Argentina, retornou a seu Estado, dedicou-se ao ensino e à pesquisa com seriedade e competência. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe por 31 anos e afirmou-se como a maior historiadora sergipana.

Em relação ao processo de emancipação política, entre as obras publicadas,³⁰ há um opúsculo, de 1973, dedicado ao assunto e dois dos seus livros enfocam o tema nos primeiros capítulos.

Sergipe no processo de Independência do Brasil. UFS, 1973.

História de Sergipe a partir de 1820, Rio de Janeiro, Cátedra, 1978.

Sergipe Provincial I, 1820/1840, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000.

É certo que há poucas inovações de um trabalho para o outro. Mas, após estudar a História Colonial em dois volumes, publicou o *Provincial I*, trabalhando melhor os dados utilizados em *História de*

³⁰ Maria Thétis Nunes. Os Árabes. Sua contribuição à Civilização Ocidental. Aracaju, 1945; Ensino Secundário e Sociedade Brasileira. MEC/ISEB, 1962; *Sergipe no processo de Independência do Brasil*. UFS, 1973; *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra/MEC, 1978; *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; *Sergipe Colonial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989; *Silvio Romero e Manoel Bonfim*: pioneiros de uma ideologia nacional. Aracaju/ ou São Cristóvão: UFS, 1976; *Inventário dos doc. relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. São Cristóvão: UFS; *Geografia, Antropologia e História em José Américo*. Paraíba: Governo da Paraíba, 1982; Prêmio "Grandes Educadores Brasileiros" - "Manuel Luís D' Araújo, educador da Ilustração. Brasília: INEP, 198?; *Anais da XIV reunião do Poder Legislativo e a Sociedade Sergipana*. Curitiba: SBPH, 1995.; *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. São Cristóvão: UFS, 1999. & SANTOS, Lourival Santana dos. *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Sergipe (1619-1822)*. São Cristóvão: UFS, 1999; *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. 332p.; *Sergipe Provincial I (1820-1840)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000; *A Civilização Árabe sua influência na civilização ocidental*. Aracaju: J. Andrade, 2002; *Sergipe Provincial I (1820/1840)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996; *Sergipe Provincial II (1840/1889)*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2006.

Sergipe a partir de 1820. Tratando de um tempo mais largo, a análise apareceu mais bem circunstanciada.

Thetis Nunes, como seria de esperar, incorporou e explorou muitas fontes consultadas por Felisbello Freire, agregou novos documentos e apresentou uma narração mais sistemática e ordenada com interpretação atualizada dentro de uma concepção estrutural da sociedade.

Por exemplo, sobre o não envolvimento dos sergipanos ao lado dos revoltosos pernambucanos de 1817, Thetis Nunes considerou que tal ocorreu “dadas as condições sociais reinantes. [Sergipe] não contava com classe média definida, nem senhores de terra intelectualizados, imbuídos do liberalismo que ia pelo mundo. Também foram fortes as medidas repressivas tomadas pelas autoridades locais.”³¹

Faltou acentuar que não se envolveu ajudando aos revoltosos, mas enviou tropas para enfrentá-los.

Sobre a Carta Régia de D. João VI, que concedeu a autonomia política de Sergipe, em vez de vê-la como um ato de gratidão ou de reconhecimento, a exemplo de Felisbello Freire, Thetis Nunes atribuiu à prosperidade econômica da capitania, combinada com a necessidade de reforma administrativa encetada pelo soberano.³²

A autora sintetizou melhor a presença de Labatut em Sergipe, tema que também foi estudado por um colega seu de magistério, o professor José Silvério Leite Fontes.³³ Por outro lado, analisou de forma mais circunstanciada as relações com a Bahia.

Da mesma forma, acompanhou melhor o processo tumultuado que abalou a política sergipana a partir da deposição de Carlos Cezar Burlamaque. Dentro desse processo revelou novos dados preciosos como foi o caso da participação do senhor de engenho João Dantas

³¹ Maria Thetis Nunes. *História de Sergipe a partir de 1820*, Rio de Janeiro, Cátedra/INL, p.29.

³² Maria Thetis Nunes. *Ob. cit.*, p.32.

³³ José Silvério Leite Fontes. *Formação do Povo Sergipano. Ensaios de História*. Aracaju, SEC, 2004, p. 93/101.

Martins Portátil que partiu de Itapicuru (Bahia) com dois mil homens em armas e aclamou a independência de Sergipe em Campos (atual Tobias Barreto). Diante desse fato, o governador Pedro Vieira de Melo, sentindo-se pressionado, prometeu aclamar o Príncipe Regente, no dia 01 de outubro de 1822, a fim de “evitar horrores de uma Guerra Civil.”³⁴ Após esse gesto, os grupos recalcitrantes, simpatizantes dos rebeldes da Bahia, foram apoiando a emancipação em outras localidades de Sergipe.³⁵ Enfim, Thetis Nunes demonstrou com documentos como a atuação de João Dantas precedeu a ação de Labatut, facilitando a missão do general francês.³⁶

Parece, no entanto, que a historiadora itabaianense não consultou a obra do seu conterrâneo Sebrão Sobrinho, pois não o citou nem incluiu nas bibliografias dos dois livros. E, apesar dos problemas de ordem formal, a contribuição de Sebrão não merece ser subestimada.

No conjunto, a obra de Thetis, como vimos, é portadora de muitos méritos pela riqueza documental e pela análise clara, objetiva e quase sempre lúcida.

3.5. FERNANDO AFONSO FERREIRA JÚNIOR

Uma nova interpretação do processo de emancipação de Sergipe encontramos na dissertação de mestrado de Fernando Afonso Ferreira Júnior.³⁷ Enquanto os três autores que analisamos trataram da questão em dois ou três capítulos em algumas dezenas de páginas dentro de

³⁴ O brigadeiro Governador Pedro Vieira Mello enviou ofício, datado de 30.09.1822, ao comandante da Vila de Itapicuru, João Dantas dos Reis Portátil, no qual afirmava: “Nesta ocasião, a fim de evitar horrores de uma Guerra Civil...” promoverá a aclamação do Príncipe Regente no dia 01.10.1822. Cf. Maço 423, Arquivo Público da Bahia, in *Catálogo de Documentos Relativos a Sergipe Del Rei pesquisados e anotados por Luiz Mott.*, in IHGSE.

³⁵ Felisbello Freire. *História de Sergipe*. Petrópolis, Vozes/ Governo de Sergipe, 1977, p. 233/257.

³⁶ Maria Thetis Nunes. *Sergipe Provincial I (1820/1840)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 66/67.

³⁷ Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Derrubando os Mantos e as Negras Sotainas (Sergipe Del Rey na Crise do Antigo Sistema Colonial – 1763-1823)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2003.

obras de síntese, Ferreira Jr. dedicou cerca de 200 páginas especificamente a estudar o processo de emancipação política dentro da *Crise do Antigo Sistema Colonial* no período 1763-1823.

Natural de Pernambuco, mas com vivência em Sergipe desde a infância, Ferreira Jr. desenvolveu seu trabalho sob a orientação de Fernando Antonio Novais. Ao pesquisar em alguns arquivos nacionais, agregou mais informações do que as reveladas pelos historiadores que o precederam e tentou aplicar ao caso de Sergipe o modelo marxista interpretativo estrutural do seu orientador. Ou seja, a dissertação parte do princípio de que a relação das economias centrais européias com as economias coloniais periféricas estava firmada no exclusivo metropolitano do comércio voltado para atender os interesses da burguesia mercantil. Enfocando o período de 1763/1823, Ferreira Jr. propôs-se a inserir Sergipe no contexto geral,³⁸ para entender como ele participou da crise do antigo sistema colonial. Sendo a capitania subjugada duplamente, pois dependia da metrópole e da Bahia, Sergipe, como “uma das mais importantes regiões produtivas da colônia”, segundo Ferreira Jr., “estava recheada de conflitos sociais das mais diversas ordens.”³⁹

É nesse contexto que deve ser visto o processo de emancipação política de Sergipe. O sistema colonial, que já vivia em crise, exigia reformas aceleradas.⁴⁰ Pombal tentara algumas mudanças, mas não tivera grande êxito.

A situação da metrópole se agravou com as ameaças de Napoleão. A abertura dos portos, que resultou na quebra do exclusivo, foi considerada como o rompimento do “quadro de dominação de forma abrupta e considerável”. Mas isso não debelou a crise. Antes pelo contrário, acentuou os problemas, despertando novas energias. A Revolução de 1817 foi a primeira grande manifestação das tendências revolucionárias em curso.

³⁸ Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 2.

³⁹ Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 5 e 3.

⁴⁰ Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 161.

Não devemos esquecer que os descontentamentos internos eram consideráveis. Como dizia o capitão-mor Mesquita Pimentel, “o clima de instabilidade e descontrole social gerava, entre o povo sergipano, ‘desalentados, em desconolação,’ e que um governo próprio poderia propiciar a melhoria desta condição.”⁴¹

Premida pelas circunstâncias, a realza promoveu a reforma administrativa de 1820, com o objetivo de aliviar as tensões e conter o movimento revolucionário. Neste sentido, a Carta Régia que emancipou Sergipe da Bahia estaria inserida nesse objetivo geral da corte. Conforme afirmou, “essa reforma re-configurava o Nordeste rebelde e, principalmente desarticulava Pernambuco, tirando-lhe a região abaixo do São Francisco e Maceió, mas lhe anexando a Paraíba. A Bahia herdava parte de Pernambuco, mas perdia o Espírito Santo e Sergipe. O governo mantinha, com essa medida, a possibilidade de controle em caso de revoltas...”⁴²

Mas ela não foi suficiente. Para demonstrar tal afirmação, Ferreira Júnior fez uma leitura inovadora dos fatos, enquanto chamou atenção para o contexto geral a fim de entender melhor as posições da coroa e da elite sergipana.

Depois que D. João VI, em julho de 1820, nomeou Burlamaque para governar Sergipe, em agosto do mesmo ano, como se não bastassem os problemas internos do Brasil, começou a Revolução Liberal Constitucionalista do Porto, agravando o quadro interno. A Bahia, que fora um grande sustentáculo da ordem em 1917, desde o dia 10 de fevereiro de 1821 ficava sob controle das tropas portuguesas solidárias ao movimento do Porto.

Quando Burlamaque chegou a Sergipe, nove dias depois, apesar de respaldado pela nomeação do Rei, o quadro local era no mínimo

⁴¹ Francisco Antônio de Carvalho Lima Jr. *Capitães Mores de Sergipe*. Aracaju, Segrase, 1985, p. 82, apud Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 162.

⁴² Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 161.

incerto. Mesmo assim, ele tomou posse e governou menos de um mês cercado de dificuldades, enquanto a Bahia enviava tropa “para garantir o juramento da Constituição pelas Câmaras das principais cidades sergipanas: São Cristóvão, Laranjeiras, Estância, Thomar do Gerur, Lagarto.”⁴³(sic) Foi nesse momento que algumas figuras destacadas da elite açucareira, que dantes haviam se manifestado a favor da emancipação política, recuaram.⁴⁴ Seria desse tempo também a frase do capitão-mor que Ferreira Júnior continua atribuindo a Guilherme José Nabuco Araújo: “sejam quais forem as vantagens que se digam da independência, elas não pagam nem metade das liberdades que se perdem.”⁴⁵

A posição de Ferreira Júnior fica ainda mais nítida ao tentar demonstrar que esses sergipanos recuaram porque teriam percebido que confrontar a Bahia seria insustentável, pois a correlação de forças era bastante desproporcional.

Como se isso não bastasse, existiam as condições internas, pois “toda agricultura é enlaçada com a Bahia, onde tem depósitos de di-
nheiros, de caixas [de açúcar], sacas de algodão, grandes cabedais.”⁴⁶

Aliás, Silvério Fontes já tinha apresentado informações sobre esse relacionamento com Salvador, considerando-o como intenso. “Um parente de Guilherme Nabuco, por exemplo, fora secretário do conde de Palma. Os comerciantes de Laranjeiras mantinham conexão, em seus negócios, com os da Bahia e eram portugueses. Eram pelo menos dezesseis. Também em Vila Nova, Capela, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão e Itabaiana, o comércio estava nas mãos deles.”⁴⁷

⁴³ Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 171.

⁴⁴ Sebrão Sobrinho. *Ob. cit.*, p. 67.

⁴⁵ Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 170, apud Carlos César Burlamaque. *Memória Histórica e documentada dos sucessos Acontecidos em Sergipe Del Rey.*

⁴⁶ Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 166 apud AHU, Cx.9, NG. 491, n.Doc.22, Carta de Carlos César Burlamaque ao Rei, de 23 de fevereiro de 1821.

⁴⁷ José Silvério Leite Fontes. *Formação do Povo Sergipano. Ensaios de História.* Aracaju, SEC, 2004, p. 94.

Ademais, o poder central no Rio de Janeiro se encontrava fragilizado, configurando o que o autor denomina de “vazio de poder”, pois o Rei, além de revelar-se incapaz de vencer a rebelião dos portugueses na Bahia, comandada por Madeira de Melo, retornou a Portugal, deixando o seu filho como regente.

Sendo assim, Burlamaque, dado como quase um mártir do processo da emancipação política de Sergipe por Felisbello Freire e Thetis Nunes, apareceu como um teimoso D. Quixote que não teria compreendido a complexidade do momento.

Ferreira Júnior tentou reforçar sua interpretação ao analisar o segundo passo do processo quando o Príncipe D. Pedro incorporou-se à frente do movimento e indicou Labatut para enfrentar os rebeldes da Bahia. Embora reconheça que o militar francês que comandou a esquadra a mando de D. Pedro I tenha encontrado dificuldades para atravessar o Rio São Francisco a partir de Penedo, Ferreira Júnior vê a marcha de Labatut no território sergipano como um passeio. Isto porque o momento era outro e agora quase todos tornaram-se favoráveis à emancipação política. Nesse sentido, quando Pedro Vieira de Melo, o governante que sucedeu Burlamaque, muda a sede da província para Laranjeiras e Thetis Nunes vê nisso uma identificação maior dos senhores do açúcar com os interesses da Bahia,⁴⁸ Ferreira Júnior contra argumenta: “Se por um lado, a câmara de Laranjeiras não tenha resistido a assinar a constituição, os oficiais desta cidade foram os únicos (...) a resistir às cortes portuguesas.⁴⁹”

É verdade que Ferreira Júnior reconhece em José de Barros Pimentel uma figura controversa e ligada aos interesses da Bahia. Também considera que Labatut se equivocou quando, ouvindo queixas de Pimentel, mandou destituir o governador José Eloi Pessoa da Silva e o colocou no seu lugar. Entretanto, dá pouca importância a ação do

⁴⁸ Maria Thetis Nunes. *Sergipe Provincial I (1820/1840)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 48.

⁴⁹ Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 176.

grupo liderado por João Dantas Portátil que teria facilitado a marcha de Labatut, pois o cerne de sua hipótese é minimizar as diferenças entre os dois grupos pró e contra a emancipação política.

Embora reconheçamos que a análise de Ferreira Júnior é um avanço, enquanto procura compreender as motivações da coroa e da elite influente no processo histórico, de alguma forma tende a minimizar a complexidade das divergências e desencontros internos. Um exemplo disso foram as indisposições que continuaram a existir contra o elemento lusitano.

Apesar disso, não há dúvidas de que a contribuição de Ferreira Jr. constitui a análise mais desenvolvida e aprofundada do processo de emancipação política de Sergipe. Podemos dizer que enfatizou em demasia o peso de contexto geral sobre a realidade local. Podemos observar que não levou em conta as vertentes historiográficas dos autonomistas que procuraram ver as especificidades locais e a dinâmica interna, mas não deixamos de reconhecer o enriquecimento que proporcionou aos estudos históricos de Sergipe.

Em suma, a vinda de D. João VI para o Brasil provocou transformações variadas. A de maior repercussão foi a transição do estatuto colonial para a nação independente no plano nacional, objeto de interpretação engenhosa com a abordagem estrutural inaugurada por Caio Prado que, ao longo de décadas, encontrou muitos seguidores com variantes. Nos anos noventa do século passado, João Fragoso e Manolo Florentino optaram por uma interpretação que deslocava o eixo da atenção para a situação interna, daí ser caracterizada como vertente autonomista.

No início do século XIX, Sergipe vivenciava uma dupla dependência, pois além de estar subordinada ao estatuto colonial, estava subalterna ao governo da Bahia. Não obstante os descontentamentos internos, a interrelação comercial era de tal ordem que dificultava a emancipação.

A Carta Régia de D. João VI encontrou dificuldades em realizar-se em face dos acontecimentos em Portugal e na Bahia, tornando o processo de emancipação política lento, marcado por recuos e avanços, mas irreversível.

Apreciamos aqui a obra de quatro historiadores que trataram do tema. Depois da contribuição pioneira de Felisbelo Freire, que revelou documentação fundamental sobre os principais acontecimentos, por ocasião da celebração do centenário de emancipação foi publicado o Álbum de Sergipe com o fim de mostrar a importância da data de 08 de julho de 1820.

Cinquenta anos depois, apareceu a obra de Sebrão Sobrinho, que procurou precisar certos dados e apresentou interpretação diversa do seu antecessor. Maria Thetis Nunes, em ensaios e duas sínteses, apresentou novos dados e enriqueceu as contribuições anteriores. Mas o estudo mais específico do tema foi a de Fernando Afonso Ferreira Júnior que, em dissertação de mestrado, aprofundou a discussão e trouxe nova interpretação dentro da concepção estrutural. Isso não significa que o tema tenha sido esgotado, pois entre o material ainda pouco explorado estão as cópias da documentação da Coleção Padre Aurélio que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

CRONOLOGIA 1820/23

08.07.1820	Carta Régia eleva a capitania de Sergipe d'El Rei a ter governo independente. Decreto segundo comunicação ao Conde da Palma isentava Sergipe de sujeição à Bahia.
25.07.1820	D. João VI nomeia Carlos Burlamaque para governar Sergipe.
08.1820	Rebenta Revolução Constitucionalista Liberal no Porto/Portugal. Convocação das cortes constituintes.
25.09.1820	Burlamaque recebe resolução (24.10.20 – segundo José Pinto de Carvalho). Transformação da monarquia absoluta em constitucional.
03.01.1821	Burlamaque chega à Bahia.
10.02.1821	Movimento Constitucionalista na Bahia.
13.02.1821	Junta Provisional do Governo da Bahia ordena ao Brigadeiro Governador da Província de Sergipe d'El Rey que não entregue o governo a Burlamaque.
19.02.1821	Burlamaque chega a Sergipe.
20.02.1821	Começa administração de Burlamaque

18.03.1821	Destituído Burlamaque por tropas vindas da Bahia com o apoio da Legião de Santa Luzia em Sergipe, comandada por Guilherme José Nabuco de Araújo.
19.03.1821	Assume o cargo de governador de Sergipe Pedro Vieira de Melo.
22.03.1821	Posse do Brigadeiro Pedro Vieira de Melo, governador subordinado à Bahia.
04.1821	Sergipe volta a ser anexado à Bahia
24.04.1821	As Cortes declaram os governos provinciais independentes do Rio e sujeitos imediatamente a Portugal.
26.04.21	D. João VI regressa e encarrega D. Pedro de Alcântara da Administração de todo o reino do Brasil, príncipe real do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarve, constituinte – o regente e seu lugartenente (Dec. 22.04.21).
04.1821 a 07.09.1822	Regência de D. Pedro I.
18.06.1821	Junta comunica às Cortes de Lisboa anulação da autonomia de Sergipe.
09.01.1822	Fico.
02.1822	Tumulto na Bahia. Madeira assume comando das tropas. Formase em Cachoeira governo opositor.
16.02.1822	Convocação de um Conselho de Representantes das Províncias.
14.07.1822	Sai do RJ a esquadra, comandada por Labatut, para debelar o movimento da Bahia.
07.09.22	O Grito da Independência.
24.09.1822	João Dantas chega a Campos com 2.000 homens e aclama D. Pedro I Príncipe Regente.
02.10.1822	Labatut tomou conhecimento da aclamação festiva de D. Pedro I pelos habitantes de Vila Nova. Aclamações em Santo Amaro, Estância e São Cristóvão sob pressão de João Dantas dos Reis. Forma-se Junta Governativa sendo Presidente José Matheus da Graça Leite Sampaio, Secretário o Padre Serafim Alvares da Rocha, e mais três membros: Dionísio Rodrigues Dantas, Domingos Dias Coelho e Mello e o Padre José Francisco de Menezes Sobral e para Comandante das armas aquele Coronel José de Barros Pimentel. ⁵⁰ Pimentel não aceita Comando das Armas.

⁵⁰ Comendador Antônio José da Silva Travassos. Apointamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe, Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, volume III, nº 06, 1916, p.96.

10.10.1822	Labatut lançou proclamação aos habitantes de Laranjeiras. Senhores de Engenho hospedam tropas de Labatut. Mas ele prestigia Barros Pimentel, depondo a Junta Provisória e nomeiando o próprio Pimentel.
10.10.1822	Câmara de Santa Luzia aclama D. Pedro como Defensor Perpétuo.
27.10.1822	Labatut alcança o Recôncavo sem perder arma ou homem.
14.11.1822	Labatut nomeia José Elói Pessoa.
25.11.1822	José Elói Pessoa toma posse e cria 03 Companhias de 1ª linha. Pimentel persuade Labatut a mandar prendê-lo e enviá-lo para Recife.
05.12.1822	D. Pedro confirma decreto de D. João VI sobre autonomia de Sergipe
21.01.1823	Junta de Cachoeira comunica à Labatut autonomia de Sergipe. Povo e tropa decidem reintegração da Junta deposta por Labatut.
03.03.1823	Nova aclamação festiva de D. Pedro I em São Cristóvão.
15.03.1823	Brigadeiro Guilherme José de Nabuco d'Araujo substitui José de Barros Pimentel no Comando das Armas.
06.1823	Chegam da Corte instruções para eleições dos novos membros da Junta Governativa.
03.06.1823	D. Pedro convoca Assembléia Constituinte.
08.1823	Realizações de eleições. Tumultos, violências, fraudes. Câmara de S. Cristóvão tenta fazer valer resultado das eleições favorável a João Fernandes Chaves e seus partidários. Junta não concorda. Tropas cercam a Câmara e prendem seus membros. Perseguições.
25.11.1823	D. Pedro I nomeia o Brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira para governar Sergipe.
03.05.1823	Abertura da 1ª Constituinte.
02.07.1823	Vitória dos brasileiros na Bahia.
05.03.1824	Posse do Brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

BURLAMAQUE, Carlos Cezar. *Memória Histórica e Documentada dos Successos Acontecidos em Sergipe de El-Rei, sendo governador daquela Provincia Carlos Cezar Burlamaque*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1821.

CARVALHO, José Pinto de. Apontamentos sobre alguns actos da vida pública do cidadão brasileiro, José Pinto de Carvalho, Bahia, Typografia de Camillo de Lellis Masson, 1863 in Revista do IHGSE, ano II, 1914, no. 3, volume II, Aracaju/Se, 1914.

CASAL, Pe. Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1976, p. 249/252.

COSTA, Emília Viotti da Costa. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil in *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1968.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1995.

FERNANDES, José Antônio Fernandes. Informações sobre a capitania de Sergipe em 1821 in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Ano I, 1913, nº. 1, vol. 1.

FERNANDES, José Antônio Fernandes. Informações sobre a capitania de Sergipe em 1821, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Ano I, nº. 1, vol. 1, 1913.

FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. Derrubando os Mantos e as Negras Sotainas (Sergipe Del Rey na Crise do Antigo Sistema Colonial – 1763-1823). Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2003.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Um Estudo Sobre o Tráfico Atlântico de Escravos para o Porto do Rio de Janeiro, c.1790-c.1830*. Niterói, UFF, 1991.

FONTES, José Silvério Leite. *Formação do Povo Sergipano. Ensaio de História*. Aracaju, SEC, 2004,

FRAGOSO, João e Manolo Florentino. *O Arcaísmo Como Projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*, Petrópolis, Vozes/ Governo de Sergipe, 1977.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque (direção). *O Brasil Monárquico*, 3^o volume. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo, Perspectiva. Edusp, 1972.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1979.

NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro, Cátedra, 1978.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe no Processo Republicano Brasileiro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n^o 28, vol. 1979/1982.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1945 e 1963.

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. São Paulo, O Estado de São Paulo. 1920.

SOBRINHO, Sebrão. *Fragmentos de Histórias Municipais e Outras Histórias*. Aracaju, Instituto Luciano Barreto Júnior, 2003.

SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória Sobre a Capitania Serziipe*. Aracaju, IBGE, 1944.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.

TRAVASSOS, Antonio José da Silva. *Memorial Histórico da Província de Sergipe*. Aracaju, SEC, 2004.

TRAVASSOS, Comendador Antônio José da Silva. *Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe*. Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, volume III, n^o 06, 1916.